



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

X LEGISLATURA (2014-2018)

5.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 25 DE JANEIRO DE 2017

Presidente: Exmo. Sr. José Diogo

Secretários: Exmos. Srs. Celmira Sacramento
Nenésio Afonso
Aérton do Rosário

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 9 horas e 35 minutos.

Deu-se continuidade ao debate conjunto, na generalidade, das propostas de lei das Grandes Opções do Plano (GOP) e do Orçamento Geral do Estado (OGE) para o ano económico 2017. Usaram da palavra, a diverso título, além do Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo (Patrice Trovoada), que respondeu às questões colocada, os Srs. Deputados Jorge Amado (MLSTP/PSD), Xavier Mendes (PCD), Maria das Neves

(MLSTP/PSD), Levy Nazaré (ADI), Delfim Neves (PCD), Felisberto Afonso (UDD), Abnildo d' Oliveira (ADI), Joaquim Salvador (ADI), Alda Ramos (ADI), Jorge Correia (PCD), (MLSTP/PSD) Filomena dos Prazeres (PCD), António Barros, Carlos Correia (ADI), Ângela Costa Pinheiro (ADI), Beatriz Azevedo (MLSTP/PSD) e Vasco Guiva (MLSTP/PSD).

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 12 horas e 40 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 9 horas e 35 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Abnildo do Nascimento **d' Oliveira**
Adilson Cabral **Managem**
Alda Quaresma d' Assunção dos **Ramos**
Ângela José da Costa **Pinheiro**
Arlindo Quaresma dos Santos
Berlindo Branco Vilela **Silvério**
Bilaine Carvalho Viegas de **Ceita**
Carlos Manuel Cassandra **Correia**
Celmira d'Almeida do **Sacramento**
Egrinaldino de Carvalho Viegas de Ceita
Esmael da Glória Espírito Santo
Flávio Pires **Mascarenhas** dos Ramos
Gabriel **Barbosa dos Ramos**
Idalécio Augusto **Quaresma**
Ivo Mendonça da **Costa**
Joaquim **Salvador** Afonso
Jorge Sousa Pontes Amaro **Bondoso**
José António do Sacramento **Miguel**
José Carlos Cabral d'Alva
José da Graça **Diogo**
José Manuel Macumbo **Costa Alegre**
Levy do Espírito Santo **Nazaré**
Manuel da Graça **Narciso**
Mário **Fernando** Rainho
Martinho da Trindade **Domingos**
Milton Viegas Fernandes **Lima**
Nenésio Quaresma **Afonso**
Ossáquio Perpétua **Riôa**
Pedro Jorge de Abreu e **Carvalho**
Salcedas d'Alva Teixeira **Barros**
Sebastião Lopes **Pinheiro**
Silvestre **Moreno** Mendes
Wilder **Monteiro** dos Santos

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Aérton do Rosário Crisóstomo
Ana Isabel Meira **Rita**
António das Neves Sacramento **Barros**
António **Monteiro** Fernandes
Arlindo **Barbosa** Semedo
Beatriz da Veiga Mendes **Azevedo**
Brito **Vaz** d'Assunção do E. Santo
Deolindo Luís da Trindade **da Mata**
Dionísio Leopoldino **Fernandes**
Domingos **Monteiro** **Fernandes**
Jorge **Amado**
Manuel da Cruz **Marçal** **Lima**
Maria das Neves Baptista de Sousa
Mohamed Guadalupe Ramos **da Gloria**
Oswaldo tavares dos Santos **Vaz**
Vasco Gonçalves **Guiva**

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Delfim Santiago das **Neves**

Filomena M. de Fátima dias X. de P. dos Prazeres
Jorge Dias Correia
José Luís **Xavier Mendes**
Leonel de Oliveira da Costa Vangente

União dos Democratas para o Desenvolvimento (UDD):

Felisberto Fernandes Afonso

O Sr. **Presidente**: — Gostaria de chamar o Sr. Deputado Mohamed. Não sendo possível, chamo o Sr. Deputado mais novo, Pedro Carvalho, para substituir o Vice-secretário.

Pediria aos serviços protocolares para convidarem o Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco para tomarem o lugar na Sala.

Sr. Primeiro-Ministro e membros do seu elenco, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos, dando seguimento ao debate, na generalidade, das propostas de lei das Grandes Opções do Plano (GOP) e do Orçamento Geral do Estado (OGE). Relembrar as Sras. e Srs. Deputados que, como estamos a apreciar as propostas de leis, na generalidade, as intervenções devem cingir-se aos princípios, isto é, apreciação no âmbito global das propostas e os sistemas de cada lei.

Para ajudar na melhor organização do nosso debate, volto a fazer como fiz ontem, anunciar a disponibilidade de tempo e peço que, se houver alguma dúvida em relação àquilo que vou dizer, para se manifestarem.

Nesse sentido, o Governo tem 111 minutos ao longo do trabalho, o ADI tem 111 minutos também, o MLSTP/PSD tem 54 minutos, o PCD tem 17 minutos e 5 minutos para o Deputado do UDD. Todavia, como calculam, sobram 2 minutos, por isso, proponho distribuir mais 1 minuto para o MLSTP/PSD e mais 1 minuto para o PCD, o faria no total 55 minutos para o MLSTP/PSD e 18 minutos para o PCD, e totalizam 295 minutos do tempo que temos para hoje.

Para o melhor funcionamento, chegou o Vice-Secretário, o Sr. Deputado Sebastião Pinheiro, e pode vir ocupar o seu lugar.

Concomitantemente como ontem, manteria a mesma organização do debate, da mesma maneira que foi sugerida na sessão anterior, isto é, as Sras. e os Srs. Deputados colocariam cinco perguntas, pelo que o Governo passaria a dar respostas. Foi a mesma proposta que fizemos ontem e todos anuíram. No debate de ontem, terminámos com a quarta ronda de perguntas e respostas, hoje vamos continuar com a quinta ronda de perguntas e respostas. Nesse sentido, convido as Sras. e Srs. Deputados para fazerem as suas intervenções. Está aberto o debate e estamos a dar continuidade ao trabalho de ontem.

Sras. e Srs. Deputados, presumo que já está tudo claro, até agora não vejo gesto nenhum no sentido de alguém querer intervir. Se não houver intervenções, passarei à etapa seguinte. Presumo que as questões foram de veras esclarecidas, interpreto o silêncio como não tendo mais nada a equacionar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Amado.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, bom dia a todos.

Antes de mais, gostaria de apresentar uma preocupação, pelo facto de as intervenções feitas ontem pelos Deputados na comunicação social não ter passado devidamente. Inclusive houve, por parte do poder, algumas afirmações de que a oposição não teria participado no debate do Orçamento e não teve nenhuma interferência com relação a este Orçamento. Estivemos cá ontem, debatemos o OGE e consideramos que não estava em condições para ser submetido à apreciação do Plenário, tendo em conta também as recomendações da 3.^a Comissão, apontando todas as anomalias existentes neste Orçamento. De acordo com as anomalias apontadas, sugerimos ao Governo três r: retirar, rectificar e reenviar. Portanto, estamos a aguardar que o Governo nos dê resposta sobre a nossa solicitação.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, os factos apontados neste Orçamento ultrapassam a competência da Assembleia Nacional, é matéria para o Ministério Público e o Tribunal de Contas e não podemos conviver e participar na análise de um documento que consideramos falso. Daí que fica a nossa preocupação. Nada nos obriga a estar aqui a discutir este Orçamento, porque ele só por si já é considerado um orçamento fora da lei. Neste âmbito, gostaríamos que o Governo entendesse que a nossa presença aqui na discussão deste Orçamento é um favor que fazemos ao Governo, se tivermos em consideração aquilo que espelha o nosso Regimento, que o Governo também deve respeitar. Por esta razão, aguardamos, antes de qualquer outra intervenção, que o Governo reaja à nossa preocupação e à nossa proposta.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Xavier Mendes.

O Sr. **Xavier Mendes** (PCD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, bom dia a todos.

Efectivamente, o debate de ontem levava a uma conclusão de que é necessário alguma reacção da parte do Governo, tendo em conta as diversas ilegalidades que foram apontadas com a discussão deste Orçamento, deste que foi apresentado à Assembleia Nacional, porque é este que está em causa.

Qualquer debate na generalidade, de qualquer diploma, é o questionamento sobre os princípios, fundamentos, doutrina, constitucionalidade, legalidade, políticas, entre outros aspectos. Ora, esta proposta de OGE que está em debate, ou seja, o Orçamento apresentado pelo Governo a esta augusta Assembleia fere princípios e fundamentos, pois a questão que se coloca é saber o que se vai aprovar hoje.

A supressão de uma fonte de financiamento sem a atempada substituição reduz o tecto das receitas e, concomitantemente, as alterações dos saldos e de outros indicadores orçamentais. É esta a questão de fundo, Sr. Presidente, pois, iremos votar e aprovar um instrumento viciado na forma e no conteúdo.

Por outro lado, vejamos: a Lei SAFE, que regula a Administração Financeira do Estado, rege por princípios nos quais destacamos o que vem descrito na alínea b) do artigo 4.º, que é a legalidade que determina a observância integral dos meios legais vigentes.

Como a Lei SAFE é composta por subsistemas, dentre os quais o Orçamento Geral, o que é regido por princípios como o artigo 13.º do SAFE, destaca-se na alínea b) o princípio da unidade, ou seja, o OGE é apenas um e só um, ou seja, aquele que o Governo apresenta à Assembleia Nacional.

Ainda nos ditames da própria Lei SAFE, o artigo 22.º que diz respeito à classificação orçamental, no seu ponto 1 da alínea a) e b), as receitas e despesas devem seguir as seguintes regras:

«a) A receita orçamental é classificada de acordo com os critérios institucionais, económicos e por fontes de recursos.

b) A despesa orçamental é classificada de acordo com critérios institucionais, económicos e por fontes de recursos.»

Ainda mais, no artigo 23.º da mesma Lei, que diz respeito a proposta de OGE que o Governo submete à Assembleia Nacional, no seu ponto 3, alínea c), o Governo deve apresentar a «fundamentação de previsão das receitas fiscais e da fixação dos limites das despesas.»

Sr. Presidente, perante os ditames impostos pela Lei SAFE, no que diz respeito a discussão e votação do OGE e com a retirada de uma importante fonte de financiamento que gera desequilíbrios no conjunto da proposta da lei orçamental geral do Estado, apresentada pelo Governo, estamos perante um imbróglie e perguntamos o que vai esta Assembleia aprovar hoje.

O Sr. **Presidente**: — Julgo que estamos a fazer uma apreciação na generalidade dos dois documentos que recebemos.

Tem a palavra a Sra. Deputada Maria das Neves.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Sr. Primeiro-Ministro, o senhor tem-nos ensinado a dizer que temos que ser sérios. É uma das palavras que o senhor muito usa nas suas intervenções «seriedade» e «temos que ser sérios». Então, gostaria de saber o que significa para si seriedade. Seriedade significa depositar na Assembleia Nacional, no dia 30 de Novembro, uma proposta de OGE e no dia 2 de Dezembro, 2 dias apenas, tornar público, através das redes sociais – porque o portal do Ministério das Finanças é uma rede social – um outro orçamento, com alterações profundas? Isso é ser sério?

O que significa para si seriedade? Estar aqui nesta Assembleia Nacional, no dia 19 de Dezembro e dizer perante a Nação que Taiwan é um dos maiores parceiros bilaterais de São Tomé e Príncipe e no dia 20 romper a relação com Taiwan, quando no portal do Ministério das Finanças, desde do dia 2 já estava ali a substituição de Taiwan por China Popular? Esta é a crónica de uma morte anunciada. Isto é ser sério?

Seriedade significa apresentar um orçamento à Assembleia Nacional, com uma dotação orçamental para a Assembleia Nacional, uma dotação orçamental para o Governo, outra para a Presidência da República, cortar todos os apoios institucionais que estavam plasmados neste Orçamento, tendo reduzido o orçamento da Assembleia Nacional de 15 mil milhões para 13.5 mil milhões, tendo transportado todas essas verbas para encargos gerais do Estado? Isto é seriedade?

Estamos a discutir o quê? O que é que vamos discutir aqui nesta Sala? A proposta de Orçamento que foi remetida à Assembleia Nacional ou a proposta do Orçamento que se encontra no portal do Ministério das Finanças? Esta é uma questão de fundo que tem que ser resolvida.

Remeter à Assembleia Nacional uma proposta de Orçamento, identificando um parceiro bilateral como fonte de financiamento, Taiwan, Taiwan, Taiwan, é tudo que aparece no OGE, e a proposta que está no portal do Ministério das Finanças é República Popular da China, República Popular da China, República Popular da China, desde o dia 2, quando se rompeu as relações só a partir do dia 20.

Pergunto, o que é ser sério? Estamos a ser sérios? O que vamos discutir afinal? O que vamos aprovar aqui nesta Sala afinal?

E tendo sido levantado isso ontem, estava à espera e espero bem que o Governo nos traga uma proposta que nos convença, para que saibamos o que vamos discutir aqui. Caso contrário, será muito difícil discutir.

O Sr. Primeiro-Ministro diz que o Orçamento é previsível, todos sabemos que o Orçamento é previsível, mas essa previsão não é feita por acaso, não é feita no ar. Ela é feita na base de requisitos essenciais, desde a execução do ano anterior, que se tem que ter uma base e, normalmente, o que se faz aqui neste país é sempre atribuir as culpas às receitas. Não se consegue arrecadar o nível de receitas que se prevê, mas há uma tendência de se realizar as despesas. Nunca se vê que as despesas também são previsionais. Realiza-se despesas por excesso, enquanto se fala que o Orçamento é previsional. Todos sabemos, mas a previsão do Orçamento não significa que é feita ao acaso, que é feita no ar. É feita sobre uma base.

Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, o que pedimos é que nos diga qual é o Orçamento que vamos discutir nesta Casa Parlamentar. A proposta do Orçamento que foi remetida a Casa Parlamentar ou a proposta do Orçamento que aparece no portal do Ministério das Finanças.

É este o esclarecimento que pretendemos, para que possamos discutir este Orçamento.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Peço desculpas pela minha voz, ando com gripe, mas é suficiente para dar o meu contributo também neste debate.

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que, na minha opinião, o que estamos a discutir hoje é a proposta do Orçamento que deu entrada na Assembleia Nacional. Isso para dar resposta a algumas perguntas que já foram aqui colocadas. O que estamos a debater é a proposta do Orçamento que deu entrada na Mesa da Assembleia, pois é isso que está em cima da mesa.

E se estamos lembrados, no dia do debate sobre o Estado da Nação, que todo o povo acompanhou e todas as pessoas que estavam a ouvir lá em casa, aqueles que acompanharam, foi dito aqui, já não recordo por quem, mas por um deputado ou deputada da oposição, quando se falava da execução orçamental, e recordo muito bem que o Sr. Ministro das Finanças havia dado a resposta de que a execução estava no portal e que todos os cidadãos poderiam acompanhar essa mesma execução. Foi dito aqui que o que estava no portal não valia, o que valia era o que está aqui, documentos que deram entrada na Assembleia Nacional. Por isso, é muita hipocrisia e muita falsidade a forma como Vossas Excelências querem fazer política. O sacrifício que se pede a todas as instituições, todos os órgãos, mesmo o órgão de soberania Assembleia Nacional, é o mesmo que se pediu ao povo de São Tomé e Príncipe. Por isso, enquanto representantes do povo, não podemos nos excluir desse sacrifício. Não vejo a razão de virem aqui pedir que não se faça sacrifício também na Assembleia, que o sacrifício também não possa ser feito aqui na Casa Parlamentar pelos Deputados. Logo, há de facto razões para se cortar em algumas despesas e penso que está reflectido também na própria proposta de Orçamento. Esses cortes não foram feitos só na Assembleia. Foram feitos em todos os outros órgãos de soberania e todos os outros sectores e serviços, onde foi necessário fazer o corte e o sacrifício deve ser para todos.

Gostaria também de dizer aqui e fica claro para quem estiver a acompanhar o debate desde ontem que a única intenção não é discutir, não é debater problemas sérios que o País tem. A intenção é criar bloqueios, dificuldades, não se aprovar. Ficamos nisto, para amanhã vir-se fazer campanha na praça pública de que os salários estão em atraso, de que há dificuldade, que é isto, isto...

Murmúrios.

...é isto que se quer e digo mais para responder algumas questões que foram aqui colocadas.

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD): — Sim, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — quanto à pergunta que se colocou, vai se aprovar o quê? Primeiro, não sabemos se será aprovado ou não, só depois de se colocar a questão da aprovação é que saberemos se será aprovado ou não. Estamos na fase de debate e para responder à pergunta sobre o que se vai aprovar, se se aprovar, vai se aprovar bolsas de estudo de estudantes que estão à nossa espera.

Murmúrios.

...vai-se aprovar a execução de projectos estruturantes que o País precisa com urgência...

Murmúrios.

...vai-se aprovar estrada de Palha e outras estradas que o País precisa.

Murmúrios.

...vai-se aprovar o pagamento de dívidas...

Aplausos do ADI.

...vai-se aprovar o pagamento de dívidas às empresas que estão à espera deste Orçamento, para continuarem a execução das obras. São essas mesmas empresas que têm trabalhadores e que têm familiares que a oposição usa, dizendo que as empresas estão a despedir os trabalhadores. Essas empresas estão à espera deste Orçamento para rapidamente começar a execução.

Aplausos do ADI.

Por isso, vai-se aprovar exactamente o financiamento, para garantir a extensão da rede da energia e de água neste país, que depois a oposição vai fazer trabalho político e dizer isto e aquilo. Por isso e para terminar, o País não pode ficar mais à espera. O País tem que avançar...

Aplausos do ADI.

...a maioria do povo de São Tomé e Príncipe não vai ficar a depender de uma minoria que só quer resolver os seus problemas e que não entende a preocupação e os problemas do País e do povo. Muito obrigado.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**:— **Tem** a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD):— Bom dia Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Caras Sras. Deputadas e Srs. Deputados: Eu não estava preparado para intervir nesta sessão, mas algumas intervenções havidas aqui obrigam-me a pedir alguns esclarecimentos, sobretudo quando se tenta meter todos no mesmo saco. É preciso separar o trigo do joio. O uso de alguns adjectivos aqui não serve para mim. A hipocrisia, Sr. Primeiro-Ministro, existe na sua própria Bancada. Isto é que é hipocrisia, e vou dar provas disto! A maioria tem, nas comissões, o número de deputados para alterar, para aprovar ou reprovar todos os pareceres, não é estar na Comissão e elaborar um parecer que dá indicações claras de que há violação, e vou ler: «recomendar e concluir que há insuficiências no Orçamento», e quando está na Sala perante si parece que está tudo muito bem «vamos aprovar, vamos aprovar».

Aplausos do PCD.

Isto é que é hipocrisia, mas também eu sei que o senhor tem inteligência suficiente para saber quem é quem, quem fala com propriedade, quem está a falar porque tem convicção, quem está a falar porque acha e acredita que o senhor está no caminho certo, sabe quem são aqueles que apanharam o comboio para não perder o destino e sabe quem são aqueles que efectivamente dizem coisas claras à sua frente e dizem nas costas. Se o senhor tivesse como introduzir no bolso de alguns deles um telemóvel para estar a captar o que dizem aqui nesses corredores e nas comissões, o senhor saberia com quem está a lidar. Isso é que é hipocrisia.

Estamos perante um parecer aprovado pela maioria. Não faço parte dessa Comissão, Sr. Primeiro-Ministro, e há uma parte que diz aqui na conclusão: «De salientar ainda que o Governo submeteu à Assembleia Nacional apenas algumas propostas de orçamento de empresas públicas, não cumprindo, de igual modo,...» quer dizer que não cumpriu outras coisas ... «com o estipulado na alínea f) do artigo 23.º da Lei SAFE.» Quem aprovou são os Deputados do ADI, a maioria e vem na recomendação, eu vou ler, «Face às conclusões, esta Comissão recomenda que os documentos sejam submetidos ao Plenário, com os devidos esclarecimentos no que concerne a fonte de financiamento da República da China Taiwan». É a Comissão. Se a Comissão aprovou isso, significa que está a recomendar ao Governo para vir aqui ao Plenário dizer. Acho que estamos realmente a fazer uma discussão infrutífera e, se calhar, desnecessária, porque não custava nada, na minha opinião, pelas perguntas que estão aqui a serem feitas para o Governo esclarecer, claramente. É de conhecimento público que Taiwan já não tem relações conosco e alguma coisa tem que ser substituída. Estamos aqui a falar de princípios.

O Sr. Presidente disse bem, no início das discussões, que a discussão na generalidade versa sobre princípios e a Lei SAFE nos indica o que é esse princípio. A Lei SAFE está clara. Independentemente de a Comissão poder e ter competências para alterar e apresentar propostas de substituição, há princípios que a Lei SAFE estabelece, antes da discussão na generalidade. É o que se está a pedir. Apenas isso.

Agora vir cá dizer que a oposição, no seu todo, por isso vim cá falar, não quer prestar serviço, só quer bloquear! Como é que a oposição com a minoria bloqueia a maioria? Isso é impossível.

Aplausos do PCD e do MLSTP/PSD.

É impossível. Têm o Presidente da República, o Presidente da Assembleia, o Primeiro-Ministro, o Governo, têm uma maioria na Assembleia. Bloqueio! Quem bloqueia? Sejam sérios! Não estamos perante um governo minoritário. A pretensão não é um facto. Pode ser vontade, mas não concretiza.

Muito obrigado Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Deputado Felisberto Afonso.

O Sr. **Felisberto Afonso** (UDD):— Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, bom dia.

Eu, Felisberto Afonso, sou uma pessoa sozinha. A oposição não está contra o Orçamento do Governo, nem contra o Primeiro-Ministro. O que queremos é uma decisão. A oposição perguntou ao Governo o que é que vamos aprovar. Deixe o Primeiro-Ministro vir cá dar resposta.

Aplausos do PCD e do MLSTP/PSD.

O quê que vamos aprovar e discutir? Qual é o problema que há? Bom, não podemos contar com ovos na barriga da galinha. Se, por exemplo, a China continental disser que daqui a 6 ou 7 meses é que vai financiar o País, vamos morrer? O que é que estamos a fazer com as nossas próprias mãos? Vamos esperar 8 meses para reparar as estradas? Vamos esperar 8 meses para comprar medicamentos para o hospital?

Meus senhores, vamos deixar de mãos estendidas e pensar o melhor para o nosso país.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD.

Eu quero dizer que não estamos bem, estamos perante uma crise terrível.

O Primeiro-Ministro ganhou com a maioria e ele tem 4 anos para mandar e nós estamos com ele. Os Deputados não podem bloquear o trabalho do Governo.

Fico por aí, Sr. Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI):— Sr. Presidente, apenas queria prestar um esclarecimento à opinião pública que nos assiste.

Primeiro, gostaria de dizer, como o Sr. Deputado também disse, que somos 55 Deputados, há vários deputados em várias comissões. Se fosse na minha comissão, isso não teria passado. Eu também não faço parte da comissão desse parecer que o senhor leu.

Depois, para dizer que os pareceres não são vinculativos. Logo, são propostas para se votar aqui e podemos considerar aquilo que está no parecer ou não. Por isso é que no final dos pareceres diz-se que se submete ao Plenário.

É preciso fazer este esclarecimento e dizer também que há, sim, bloqueios. Há várias formas de bloqueios e durante este ano e nas próximas plenárias virei aqui apresentar várias formas, porque a oposição tem a intenção e de certeza vai materializar formas de bloqueio, só que não vai conseguir de facto, porque temos a maioria aqui e não vai conseguir, porque o povo são-tomense está com os olhos abertos, mas que há bloqueio e há intenção de bloqueio, sabe-se que sim. Por exemplo, ontem agendámos 5 horas de debate e o Regimento diz mínimo 2 e máximo 5 dias, mas quando o legislador diz isso é tendo em atenção que para a matéria do Orçamento, pela importância que tem, deve existir debate. Então, esse debate não pode ser de menos que 2 dias nem mais que 5 dias, prevendo-se já a situação de maioria e minoria no Parlamento, porque uma maioria podia estipular a discussão do Orçamento só de 30 minutos. Uma maioria na Conferência de Líderes pode decidir isso, então o legislador, querendo dar hipóteses já à oposição e todos os deputados de também se exprimirem, pela importância do projecto a ser discutido, diz mínimo 2 dias.

Agora, falando como jurista, não significa se não houver mais perguntas e não havendo mais debate, não havendo mais questões a se colocar o debate não termina. Não é isso. Tanto mais que a oposição tinha mais tempo. Quando a oposição não tem mais tempo distribuído das 5 horas por dia, aí passa para o segundo dia. Não é a oposição ter muito tempo e não ter mais pergunta e dizer que tem que continuar amanhã. Por isso, são essas formas de bloqueio. Existe e de facto há, sim, a intenção de bloqueio.

Termino por aqui, para não usar mais adjectivos também.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD):— Sr. Presidente, vou ser rápido e falo por aqui, nem vou ao púlpito, porque acho que o Governo também pediu a palavra.

Acho que há duas questões que se têm que clarificar aqui. Isso de estar ou não numa comissão e dizer que o parecer não é vinculativo, todos sabemos, mas há uma linguagem em português que se chama de coerência. Não é uma questão de vinculativo ou não. Se sou coerente, estando numa comissão, o meu grupo é maioritário, aprovo uma recomendação ou uma conclusão, tenho que ser coerente, independentemente de ser ou não vinculativo. Esta é uma questão clara para aqueles que são sérios.

Não vou pelo caminho jurídico, porque não sou jurista, mas vou dizer também politicamente porque é que o legislador estabeleceu um mínimo 2 dias e máximo 5. Porque nas outras paragens, e o Sr. Deputado deve saber disso, no primeiro dia, o Primeiro-Ministro faz a apresentação do Orçamento e suspende-se o debate, para cada grupo parlamentar analisar inclusive o seu discurso. Os próprios partidos políticos devem ter espaço para analisar, os analistas políticos e económicos e, no dia seguinte, é que começa o debate. Nós aqui ouvimos o Primeiro-Ministro e iniciamos o debate, mas podem haver questões que determinados grupos parlamentares entendem que devem consultar o seu partido, devem consultar o seu gabinete de estudos, para terem uma intervenção com algum argumento lógico, com alguma coerência. É isso que o legislador quis dizer. Nada tem a ver com a questão que acabou de levantar. Vai-se logo à votação, nada disso. Para isso, o legislador punha apenas um máximo de 5 dias e ponto final.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI):— Sr. Presidente, saudações ao Primeiro-Ministro e ao elenco governamental.

De facto os pareceres não são vinculativos, como disse o Sr. Deputado Levy Nazaré, mas quero dizer que os Deputados do Grupo Parlamentar do ADI são fiéis ao princípio partidário, por isso fazem parte de uma bancada. Todos nós sabemos porque é que somos eleitos e porque é que fazemos parte de uma bancada. Ora, não concordo com o termo que foi aqui utilizado «hipocrisia». Os meus colegas Deputados do Grupo Parlamentar do ADI não são hipócritas, e digo porquê. O Governo submeteu a proposta de Orçamento, e volto a sublinhar que o documento que estamos a discutir deu entrada nesta Casa a 30 de Novembro, houve rompimento, isto é, corte de relações com a China Taiwan e restabelecimento de relações com a China Popular. Estamos a falar que o comunicado saio a 20 de Dezembro, é normal. Aliás, é lógico e coerente os deputados aprovarem um parecer com a data de 20 de Janeiro e os deputados, mesmo sendo da bancada que apoia o Governo, recomendarem que o Governo, na sede da especialidade, possa alterar a fonte de financiamento. Isto aqui é uma questão de coerência e não há nenhuma hipocrisia.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**:— Bem, é para informar que já tivemos nove intervenções. No entanto, eu não sei se o Governo estará disponível para responder.

Vamos continuar.

Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

Risos do PCD e do MLSTP/PSD.

Errare humanum est. Eu vi o Sr. Primeiro-Ministro a se levantar, não podia adivinhar que ia fazer um telefonema. Estão a rir quê?

Risos do PCD e do MLSTP/PSD.

Vamos ser sérios. Vocês gostam sempre de instigar as coisas.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD):— O Sr. Presidente está a falar para quem?

O Sr. **Presidente**:— Estou a falar para aqueles que reagiram.

Bom, chamo agora o Sr. Deputado Salvador, também para colocar o seu problema.

O Sr. **Joaquim Salvador** (ADI):— Sr. Presidente, Caras Sras. e Caros Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro e os membros do Governo, bom dia.

Tomo a palavra também, nesta magna Assembleia, neste momento, para trazer as minhas contribuições.

Primeiro, para subscrever aquilo que o Deputado que me antecedeu já havia dito, que o documento que estamos efectivamente a discutir é o documento que deu entrada aqui na Assembleia. É o que eu conheço. É este documento, Sras. e Srs. Deputados, que temos à nossa frente para discutir.

Relativamente àquilo que recaiu sobre os nossos colegas da 3.^a Comissão Especializada Permanente, penso que não é bem assim que se devia colocar a questão. Também não pertenço à 3.^a Comissão, mas o espírito da questão que se faz transparecer no parecer é que recomenda a discussão em Plenário e pede ao Governo mais esclarecimentos sobre o assunto. Não tem a ver, na minha óptica, com o problema que se colocou aqui.

Somos da Bancada do ADI e todos os Deputados da Bancada do ADI têm consciência de por que razão eles estão aqui a representar o povo. Se no passado houve efectivamente gente ingrata com o seu partido, pensamos...

Murmúrios do MLSTP/PSD.

Meus senhores, respeito as pessoas quando estão a falar. Peço que haja respeito. Nunca pertenci ao MLSTP/PSD. Peço desculpa, mas nunca fiz parte...

Murmúrios do PCD e do MLSTP/PSD.

O Sr. **Presidente**:— Srs. Deputados, acho que não estamos a intervir no tema que nos interessa ouvir aqui hoje e neste momento.

O Sr. **Joaquim Salvador** (ADI):— Joaquim Salvador Afonso, para as pessoas que estão lá fora a ouvir o nosso debate, sabem de antemão que nunca pertenceu ao Partido MLSTP. Sim, eu fui da Frente Democrata Cristã (FDC).

Ultrapassando isso...

Uma voz:— É Orçamento?

O Sr. **Presidente**:— Sr. Deputado, só um momento. Ainda bem que o senhor fez a pergunta. É orçamento? Esse comportamento é digno de uma discussão orçamental? A vossa atitude é digna de uma discussão orçamental? Convenhamos!

O Sr. **Joaquim Salvador** (ADI):— Eu gostaria, antes de terminar, de virar para o Sr. Ministro de Agricultura, para saudar o seu Ministério e também a posição que teve em ir visitar a Comunidade de Colónia Açoriana. Eu digo isso porquê? Porque aí saiu uma recomendação muito importante. O povo de Colónia Açoriana ficou muito satisfeito e disse no fim...

O Sr. **Presidente**:— Sr. Deputado, agradeceria que a intervenção fosse feita no âmbito orçamental.

O Sr. **Joaquim Salvador** (ADI):— Sr. Presidente, tenho mais questões para colocar, mas vou levá-las para a especialidade. O que quero deixar aqui bem claro é que se respeite as pessoas. Estamos numa Sala em que o respeito deve ser a palavra de ordem, mas aqui não nos respeitamos. Sabem porquê? Porque temos respeito para com muita gente, pois têm licenciatura, doutorado e por aí fora, mas não receberam a educação de base.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**:— Muito ruído.

Bem, não sei se da parte do Governo haverá alguma intervenção ou esclarecimento.

Vamos avançar os nossos trabalhos, quero saber se há mais intervenções.

Murmúrios.

Sr. Deputado, já convidei o Governo, mas este acha que não é necessário intervir. Então, vamos continuar. Quero saber se há mais alguma intervenção. Se não, vou passar à fase seguinte.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Correia.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD):— Sr. Presidente, pela maneira como os trabalhos estão a decorrer, entendo que estamos, de certo modo, num impasse. A minha Bancada pede uma suspensão de 15 minutos, para fazer um acerto.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**:— Portanto, são concedidos 15 minutos, a pedido do Grupo Parlamentar do PCD, mas digo para não fazerem como no primeiro dia, que pediram 10 minutos e regressaram 40 minutos depois. Após 15 minutos, estarei aqui na Sala e recomeçaremos imediatamente os trabalhos.

Eram 10 horas e 40 minutos.

O Sr. **Presidente**:— Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos. Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

Eram 11 horas e 5 minutos.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI):— Sr. Presidente, queria apenas dar um contributo ao debate, de forma que possamos rapidamente chegar a uma conclusão. É apenas uma proposta à Mesa. Estamos no segundo dia de debate e com o mesmo tempo atribuído e distribuído por todas as bancadas. Então, gostaria de pedir à Mesa, caso não haja mais perguntas ou se as questões levantadas pelos deputados forem repetitivas e caso o Governo não queira usar mais da palavra, para passarmos o assunto à votação.

É esta minha proposta, para não estarmos eternamente neste debate, que às vezes fica até vergonhoso para a Casa Parlamentar.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**:— Obrigado Sr. Deputado. Tem a palavra a Sra. Deputada Alda Ramos.

A Sra. **Alda Ramos** (ADI):— Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. Ministras e Srs. Ministros, Caros Deputados, bom dia. Peço a palavra para dizer às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que o Orçamento que estamos a discutir é o Orçamento que entrou nesta Casa Parlamentar. É este Orçamento que devemos debater, pois não temos mais nenhum outro. Estamos aqui desde ontem e houve um grupo parlamentar que pediu a suspensão de alguns minutos, para talvez reflectirem sobre o Orçamento e, de regresso à Sala, não se fez quase nada.

Terminámos, inclusive, antes do tempo, quando devíamos, pelo menos, sair daqui às 14 horas ou 14 e tal. Saímos antes do tempo e não é isso que a população está à espera. Não podemos estar aqui na Sala com algumas atitudes que não são melhores para a aprovação deste Orçamento. Estamos aqui para representar o povo e o povo está à espera do nosso bom trabalho. Não podemos sair para fora desta Casa e estar a ouvir que os Deputados estão sempre a fazer-se de palhaços. Nem dá vontade para as pessoas entrarem nesta Sala e nem para se candidatarem. Portanto, devemos aprovar este Orçamento, porque estamos aqui a representar o povo e temos responsabilidades para com o povo.

É necessário que as pessoas anotem as suas preocupações e as agendem para a discussão na especialidade.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**:— Obrigado Sra. Deputada. Tem a palavra o Sr. Deputado Felisberto Afonso.

O Sr. **Felisberto Afonso** (UDD):— Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, eu não sei se a Bancada do ADI, que sustenta o Governo, está a compreender o que a oposição quer. Fizemos a intervenção e estamos à espera que o Sr. Primeiro-Ministro responda, para resolvermos o problema, mas o Sr. Primeiro-Ministro quer manter o braço de ferro, por ele ter a maioria. Numa democracia não podemos ter essa situação.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra a Sra. Deputada Alda Ramos.

A Sra. **Alda Ramos** (ADI):— Sr. Presidente, apenas para dizer que estamos aqui nesta Sala para debater o Orçamento. Portanto, se o Sr. Deputado que me antecedeu está cansado, então arranje outra forma. Estamos aqui para debater.

Muito obrigada.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**:— Convido o Sr. Primeiro-Ministro a usar da palavra.

O Sr. **Primeiro-Ministro e Chefe do Governo** (Patrice Trovoada):— Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, até então penso que desde de ontem, o que se está a passar é mais um debate entre as bancadas e nós temos de facto pouco espaço para poder intervir. Porquê? Penso que é óbvio para toda gente que aquilo que se tem para discutir é a proposta que deu entrada no Parlamento e estamos horas e horas aqui a assistir uma discussão sobre a discussão ou não do documento que está nas redes sociais. É muito difícil para o Governo pronunciar-se sobre essa questão. O que se está a discutir e o que se deve discutir é o documento que deu entrada na Assembleia Nacional.

O relatório da 3.^a Comissão, no meu entender e no entender do Governo, se esse relatório no final recomenda a discussão em Plenário, é porque para a 3.^a Comissão, com as suas insuficiências, com a necessidade de esclarecimento, etc., etc., esse documento que deu entrada na Assembleia Nacional está pronto para ser discutido. Não se pode começar a discutir se vamos discutir o portal ou documento. Então, entendem a dificuldade que o Governo tem de intervir.

Está-se a falar de Taiwan, fonte de financiamento, mas muitas vezes mudamos a fonte de financiamento na especialidade. O que importa é que o tecto não mude. Não sei se a 3.^a Comissão fez o pedido, mas habitualmente, antes de fazer o seu relatório final, muitas vezes chama ou pode chamar as Finanças para acertar algumas coisas. É habitual. Se houve o pedido ou não, se houve deficiência na tramitação, o que importa é que o relatório final recomenda a discussão na plenária e esse documento tem que ser discutido na plenária.

Se algumas empresas públicas não entregaram os seus relatórios, acontece, o que importa é que em votação final global esses relatórios constem do documento. Então, penso que é preciso entendermos realmente a situação. Se o nosso interesse é discutir o Orçamento Geral do Estado na generalidade, hoje, com as poucas horas que nos restam, vamos avançar. É normal. É uma opção da oposição. Se a oposição faz a opção da erosão, do desgaste de usar a tribuna para fazer o seu papel de atacar o Governo, etc., etc., ou demonstrar que o documento é muito fraco, é uma técnica, tudo bem, mas o que é preciso e toda gente sabe que vai acontecer é que hoje tenhamos esse documento aprovado.

Agora, ou usamos o tempo para mostrar, como representante do povo, que estamos interessados, porque, se calhar, e de toda a certeza, os documentos têm sempre insuficiência, então queremos intervir para dar o nosso contributo etc., etc., etc., reconhecendo das insuficiências, não só do Governo mas da própria sociedade nossa, tudo bem. Ou então, a técnica é de facto querer passar a imagem de que o documento está fraco, está mal preparado, está incorrecto, está isso e aquilo, também vale e vamos votar.

Aí cada um tirará os proveitos daquilo que vai ser a sua contribuição, cada um tirará as perdas daquilo que será a sua posição e a sua estratégia durante o debate.

A fonte de financiamento Taiwan. No meu discurso de apresentação, falei da opção que fizemos em reconhecer o princípio de uma só China, opção consensual. Os partidos da oposição não estão contra, então se em algumas paragens, seguindo a informação do Sr. Deputado Delfim Neves, até quando o Primeiro-Ministro apresenta à Assembleia o documento, às vezes é objecto ainda de reflexão, etc., etc., etc., quer dizer que o documento está pronto para ser discutido. Ainda durante a apresentação do documento, o Primeiro-Ministro pode acrescentar alguns elementos que são tomados em consideração, para discussão do documento. Ora, não estamos a discutir o documento, daí que eu digo as pessoas que não se trata de uma atitude de não colaboração por parte do Governo, trata-se de uma verdadeira dificuldade que o Governo tem de entrar nesse debate, porque parece mais um debate entre os deputados da Casa Parlamentar.

Uma última ressalva, a Sra. Deputada Maria das Neves veio cá dizer que não sou homem sério. Não vou entrar nessa polémica, fico simplesmente surpreendido, porque a Sra. Deputada Maria das Neves não me habituou a isso durante cerca de 2 anos. A Sra. Deputada Maria das Neves tinha outra ideia de Patrice Trovoada.

Aplausos do ADI.

Por conseguinte, penso que num outro palco podemos ver aquilo que fez a Sra. Deputada achar que de repente já não sou um homem sério. Penso que devemos ter algum limite nos ataques. A senhora me conhece muito bem, eu a conheço muito bem e penso que esse tipo de trocas não deve ter lugar. Acho que isso é devido a outras circunstâncias e perdoou essas palavras, mas penso que esse tipo de trocas entre nós não deve ter lugar.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Maria das Neves.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Sr. Primeiro-Ministro, julgo que fui muito clara na minha intervenção. Eu disse que o senhor está habituado a usar muito a palavra seriedade, a dizer-nos que devemos ser sérios e o que perguntei é se com este Orçamento que o senhor apresentou, no dia 30 de Novembro à Assembleia e no dia 2 de Dezembro colocou no *site*, isso é seriedade.

Dizer que o senhor me conhece muito bem, se o senhor me conhece muito bem não lhe conheço muito bem. Conheço, sim, o meu marido. Não conheço o senhor, em parte nenhuma.

Sempre tivemos uma relação institucional, uma relação de respeito e continuo com essa relação de respeito e mais do que isso nada, Sr. Primeiro-Ministro. Portanto, não lhe conheço para além de Sr. Primeiro-Ministro, está bem?

Eu não lhe admito...

Vozes do ADI: — Oh!

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Não, não, tem que ser claro. A dizer isso as pessoas pensam que conheço Patrice Trovoada.

Vozes do ADI: — Oh!

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Portanto, não o conheço. É um assunto pessoal, quero dizer ao Sr. Primeiro-Ministro que não lhe admito, não lhe conheço. Conheço Patrice Trovoada, enquanto Primeiro-Ministro, enquanto responsável.

Estou no uso da palavra e muito tranquila.

Murmúrios.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Não quer ouvir? Quem diz o que quer, ouve o que não gosta. O Sr. Presidente tem que me deixar falar.

Murmúrios.

O Sr. **Presidente:** — Sras. e Srs. Deputados, muito ruído na Sala, assim não se consegue conduzir os trabalhos.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — O Sr. Presidente não está a pôr ordem aqui nesta Casa, porque permitiu todas essas interferências, quando a Sra. Deputada estava a intervir.

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado, fale à vontade. Não lhe dei a palavra, mas fale. O senhor acha que isso é que é respeito? Fale.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — O Sr. Presidente também não está a me respeitar.

O Sr. **Presidente:** — Para acalmar os ânimos, acho que não há mais intervenções. Até agora...

Uma Voz: — Sr. Presidentel!

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado, cada vez que quero passar para a outra etapa, o senhor tem intervenção a fazer. Espero que seja a última, para podermos passar à outra etapa.

Ontem não serviu, deixaram cair 2 horas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Amado.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Efectivamente tivemos um período aqui um bocado quente. Acho que o Sr. Primeiro-Ministro não deve enveredar por este caminho, porque talvez seja o problema do Sr. Primeiro-Ministro com a Sra. Deputada Maria das Neves, mas por se tratar de uma senhora deveria até ter maior cuidado e respeito na sua intervenção. Porque se formos falar de quem conhece quem, também poderei dizer que conheço o Sr. Primeiro-Ministro e, se eu disser como conheço, então ninguém vai gostar. Portanto, é melhor não irmos por esse caminho.

Estamos a discutir o OGE, colocamos as questões e ficamos à espera da resposta com relação ao Orçamento que estamos a discutir e se diz que estamos no período de debate do orçamento, o que queremos é debater o orçamento. As questões que colocamos não significam questões para debate?

Significa questões para o debate. Queremos que o Governo responda como deve ser as questões que colocamos, porque o OGE tem três requisitos fundamentais e são esses requisitos que estamos a falar aqui. Um dos primeiros requisitos é económico, tem a ver com a racionalidade e eficiência. E estamos a dizer que este Orçamento não é racional. É um orçamento desorçamentado, porque esconde algumas receitas do Estado, os fundos das outras empresas públicas não aparece no Orçamento, dissemos que é um Orçamento que tem duplicação de Ministérios e que se tinha que rever essa situação, que o Governo deveria fazer a sua correcção. É ou não é preocupação? Tivemos alguma resposta sobre isso? Não tivemos.

Um segundo ponto é político orçamental e estamos a falar da política orçamental que é a garantia do direito fundamental do cidadão. Isso quer dizer que o Governo não pode fazer qualquer tributação sem autorização de quem está autorizado a autorizar. Isso quer dizer que, nesse caso, estamos a falar da gestão do fundo público e a gestão do fundo público quer dizer que o Orçamento deve respeitar todos esses princípios, e não respeita.

E o último ponto é jurídico. Quanto ao aspecto jurídico, já dissemos que este Orçamento, quanto a nós, ultrapassa a capacidade política da Assembleia Nacional e que este Orçamento deve ser submetido à avaliação jurídica, quer pela Procuradoria-Geral da República quer pelo Tribunal de Contas.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Nenhuma proposta?

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — É a nossa opção e vamos fazer.

O Sr. Primeiro-Ministro não quer debater o Orçamento, não quer falar sobre aquilo que são as nossas preocupações, mas está cá para responder às nossas preocupações. Os Deputados do poder não lhe vão colocar questões e é por isso saímos daqui ontem à hora que saímos. Os deputados do poder já não queriam falar, só queriam ouvir a oposição e a oposição falou e cansou e disse que o poder tem que falar, o poder não falou. Se o poder não fala, então vamos para casa reflectir e trazer mais argumentos para o dia seguinte, pois é assim que manda a lei.

O desafio de futebol é para ser cumprido em 90 minutos e ninguém diz que o futebol termina aos 20 ou 30 minutos. 90 minutos são 90 minutos. São 2 dias o mínimo que a lei nos dá, para podermos analisar o Orçamento. Estamos cá no segundo dia, para analisarmos este Orçamento. É nesse segundo dia que gostaria que o Sr. Ministro das Finanças, que já foi Director de Orçamento, Ministro das Finanças várias vezes e que está em condições de dar algumas respostas que colocamos, se o Primeiro-Ministro não consegue ou não pode...

Vozes: — Oh, oh!

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — ...mas pelo menos sei que o Sr. Primeiro-Ministro é contabilista, então tem que estar em condições de responder às questões que colocamos aqui.

Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, aguardemos a explicação com relação às questões que levantamos aqui sobre o Orçamento. Que nos diga o que vamos fazer com o Orçamento que temos em mãos, com o fundo que está atribuído ao financiamento por parte de Taiwan. O que vamos fazer com isso? Vamos aprovar assim? Tem que nos dar alguma explicação. Pelo menos alguma explicação tem que ser dada com relação a isso. Quando não, vamos cortar aquilo, qual vai ser o tecto orçamental? Vamos pegar e cortar Taiwan fora, Taiwan fora, Taiwan fora, porque já não existe, qual vai ser o tecto? Aqui tem que se definir o tecto do Orçamento, antes de ir para a especialidade.

O Sr. **Pedro Carvalho** (ADI): — O tecto já está definido.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Não está. E vai nos dizer se o tecto que vamos aprovar aqui é igual ao tecto que está no portal. O que está lá está publicitado e o que diz a lei orçamental é que o Orçamento deve ser devidamente publicitado. Estão a fazer publicidade do Orçamento desde o dia 2 de Dezembro e o que está a ser publicitado não é o que estamos a defender aqui.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Ambas são propostas.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Lá é proposta aqui é proposta.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Ambas são propostas.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Exactamente, proposta de trabalho. Essa também é proposta de trabalho. Tem que fazer opção.

O Sr. Primeiro-Ministro ou o Sr. Ministro das Finanças tem que vir cá explicar isso.

O Sr. **Presidente:** — Tem palavra a Sra. Deputada Filomena Pina.

A Sra. **Filomena Pina** (PCD): — Sr. Presidente, Excelência, Sr. Ministro e o seu elenco, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, muito bom dia.

Sr. Presidente, depois de eu ter lido com alguma atenção o nosso Orçamento, vi a necessidade de vir aqui, Sr. Primeiro-Ministro, trazer algumas contribuições, se não pedir algumas alterações relativamente a alguns itens relacionados com o orçamento da Região Autónoma do Príncipe. Uma ou outra coisa. Eu queria que, se possível, me desse uma explicação sobre a verba afectada para estrada de Sundy.

Uma voz: — Falou fora do micro.

A Sra. **Filomena Pina** (PCD): — Não entendi. Sim, sim, mas estou já a avançar, depois na especialidade darei os números, porque só para fazer um trabalho de fundo, acho que a descaída que houve na verba para a estrada de Sundy significa que a gente vai continuar a remediar, tal e qual como a MotaEngil fez. Acho que não é o nosso propósito nem a nossa vontade. Talvez, se possível, fazer-se uma coisa duma só vez para temos uma estrada, não ir remediando, como se tem estado a fazer.

Eu queria falar relativamente o problema de saúde, a verba também para a requalificação do hospital. Acho também que não serve para nada. Temos que prestar um pouco mais de atenção aos doentes da

Região Autónoma do Príncipe, Sr. Primeiro-Ministro. Para dizer que no ano 2016, o Estado gastou 2.6 mil milhões de dobras, só para a evacuação de doentes.

No mês passado, pagou cerca de 180 milhões só para fretar um avião para trazer uma doente. Que tal se essa verba toda se direccionasse para um trabalho de fundo no hospital, para evitar que os doentes tivessem sempre que vir para São Tomé? Muitas vezes muitos desses doentes acabam por morrer. No ano passado, muitos dos doentes, tenho a lista, morreram. Não conseguiram salvar-se, porque é sempre vir e à última hora e depois há uma burocracia. Agora Patrice Trovoada...

O Sr. **Presidente**: — Sra. Deputada, peço imensa desculpa, mas vou interrompê-la, porque esta a entrar muito na matéria de especialidade. Portanto, fica registada essa sua preocupação.

A Sra. **Filomena Pina** (PCD): — Está bem, Sr. Presidente, desculpe.

O Sr. **Presidente**: — É pertinente, mas terá altura própria para colocar essas questões.

A Sra. **Filomena Pina** (PCD): — Porque falei de dinheiro, Sr. Presidente? Deixe-me avançar mais um bocadinho.

Murmúrios.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Xavier Mendes.

O Sr. **Xavier Mendes** (PCD): — Sr. Presidente, é a questão que vamos hoje aprovar ou votar e essa questão que se quer fazer ouvidos moucos. A proposta do tecto, tanto em receitas como em despesas, são 3 755 000 000 00 (três biliões, setecentos e cinquenta e cinco mil milhões), o que significa dizer que nesses três biliões e setecentos, têm que ser reduzidos os trezentos e tal mil milhões de Taiwan, que não existem, e vamos aprovar um tecto que não existe. Esse é o grande problema de fundo. Vamos aprovar o quê? Três biliões e setecentos mil biliões. Onde é que estão esses, se não existe Taiwan?

O Sr. Deputado **Idalécio Quaresma** falou com o micro desligado.

O Sr. **Xavier Mendes** (PCD): — Se vamos aprovar o Orçamento, tem que ser aprovado com três biliões, trezentos e noventa e três mil milhões.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — *Falou com microfone desligado.*

O Sr. **Xavier Mendes** (PCD): — Tem que ser o dinheiro do Taiwan, que não existe. É essa a questão de fundos que querem fazer ouvidos moucos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Correia.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro, Caros Ministros, Digníssimos Colegas Deputados, muito bom dia.

Sr. Presidente, eu gostaria de dar também o meu contributo em relação a esta matéria. Hoje, por acaso, não gostaria de me pronunciar, mas gostaria de tecer algumas considerações.

Aqui foi dito muita coisa, mas quero dizer que, a dado momento, até fiquei com alguma dúvida e ainda continuo com a minha concepção de que estamos certos, e explico. Por acaso cheguei tarde à reunião da 3.^a Comissão e vi o parágrafo que falava da recomendação. Vou dizer-lhes, Sr. Deputados, o que disse também na Comissão e repito aquilo que acho desses dois documentos importantíssimo para o País. Não vou falar daquilo que a bancada da oposição propunha que fosse votado no parecer, mas aquilo que devia ser feito. Bem, na minha opinião, Srs. Deputados, a dado momento, recebemos esses dois pacotes de lei, as Grandes Opções do Plano e o Orçamento Geral do Estado.

Eu disse aos meus aos colegas Deputados da 3.^a Comissão que eu também estava na expectativa de que o Governo esclarecesse. Tanto é que votamos por unanimidade a pedir que o Governo esclarecesse. Têm falado com o Governo e Vossas Excelências devem saber que não faço parte do núcleo duro, nem do Governo, nem do partido, mas, com a minha cultura, já sabia que o Governo, ao chegar aqui e mediante a atitude que tomou em termos de cooperação, iria em primeiro lugar esclarecer a Casa Parlamentar sobre aquilo que foi feito. O Sr. Primeiro-Ministro, no seu discurso, falou do corte que houve na relação com a China Taiwan, do recolhimento da China Popular, falou até na possibilidade de haver um orçamento rectificativo. Então, meus senhores, se temos isto em mãos, é uma questão de nomenclatura, uma questão de troca dos nomes dos países, é uma questão que se pode fazer na especialidade. Entretanto, Srs. Deputados, são dois documentos importantes que a dado momento teremos em mãos e, como diz a lei, a execução. Se por acaso o Governo sair daqui hoje, depois de termos aprovado este, e executar outro,

temos como chamar o Governo e dizer, como é que é? O Governo envia a execução, tanto é que, a pedido da nossa Casa Parlamentar, a execução está lá, morta na 3.ª Comissão. Nenhum dos Srs. Deputados se pronunciou sobre o documento. Daí que, Srs. Deputados, vamos avançar. Recebemos um documento é este que esta cá, temos que aprová-lo e depois ver quais são as próximas acções do Governo.

O Sr. Primeiro-Ministro disse aqui, esclareceu, o que houve entre o Governo. Há um portal das Finanças e os técnicos das Finanças, se calhar, ainda nem sabem o que vai acontecer com aquilo no final. Então, como é que o Governo pode vir explicar uma coisa que ainda está a ser trabalhada, Srs. Deputados? O que é que temos em mãos? Eu estava aqui à espera que um dos nossos colegas levantasse questões sobre as Grandes Opções do Plano. Só estamos a falar das cifras, da gralha e não sei o quê. Há outro documento que está esquecido, são dois documentos. Estamos aqui a dar voltas às coisas, quando o País precisa de facto de avançar. Quando o Governo achar que já tem tudo prontificado, quando o Governo achar que já tudo concentrado e corrigido, certamente irá dirigir-se à Assembleia para falar. Como é que o Governo vai falar de uma coisa que ainda não está finalizada? É esta a minha dúvida. Fico perplexo, andei a pensar se devia intervir, porque tenho esse documento, estou a falar do outro que, embora esteja na rede social, como Deputado, recebi este e é deste que tenho que falar, Srs. Deputados.

Quanto à atitude que o Governo tomou, em relação à China Popular, os benefícios da China Popular, Srs. Deputados, são para nós todos, são para todos os são-tomenses. Daí que eu ainda continuo a dizer que eu quero discutir este documento, e peço encarecidamente a Sr. Presidente para que não perdamos mais tempo.

Vozes: — Perdamos?

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Para que não percamos mais tempo, eu peço desculpas. Passemos imediatamente a segunda etapa do processo, que é a votação.

Murmúrios.

O Sr. **Presidente:** — Infelizmente, verifico atitudes incríveis nesse nosso Parlamento. É desolador verificar isso tudo. Pessoas adultas, Deputados da Nação, que foram eleitos pelo povo, mas de vez em quando têm comportamento que me deixam francamente abismado, perplexo.

Convido o Sr. Deputado Jorge Amado a usar da palavra, mas uma vez.

O Sr. **Aérton Crisóstomo** (MLSTP/PSD): — *Falou com o microfone desligado.*

O Sr. **Presidente:** — O Sr. Deputado Aérton Crisóstomo é uma pessoa pela qual eu tenho muito respeito, mas hoje não consigo reconhecê-lo.

O Sr. **Aérton Crisóstomo** (MLSTP/PSD): — Iguamente.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra a Sra. Deputada Ângela da Costa Pinheiro.

A Sra. **Ângela Pinheiro** (ADI): — Sr. Presidente, em primeiro lugar, apenas para um esclarecimento, mesmo sendo um caso para a discussão na especialidade, para chamar atenção que quando usamos esse palco, visto que estão a nos ouvir, não somente aqui em São Tomé, mas também em todo mundo, porque hoje temos a TVS via *online*, então temos que ter cuidado com o que falamos aqui na nossa Casa Parlamentar.

Para esclarecer quanto à questão que a Deputada Filomena acabou de dizer, que muitas vezes, durante o tempo...

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — *Falou com o microfone desligado.*

Sr. Deputado Jorge Amado, o senhor usou da palavra várias vezes e nunca ouviu, em nenhum momento, a minha voz a contestá-lo. Por favor, respeite-me para eu também respeitá-lo.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Direito a resposta, Sr. Presidente. Direito a resposta.

A Sra. **Ângela Pinheiro** (ADI): — O senhor contestou, falou várias vezes, mas em nenhum momento ouviu a minha voz. Então, vamos respeitar por favor.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Artigo 104.º, direito a resposta.

A Sra. **Ângela Pinheiro** (ADI): — Quando a Sra. Deputada Filomena diz que, durante a transferência de doentes, alguns doentes morreram, é para termos cuidado quanto a isso, porque em nenhum momento isso

aconteceu. A transferência demora sim, dado ao trâmite que o governo regional utiliza agora junto ao Ministério da Saúde, mas levar óbito a esses doentes, em nenhum momento aconteceu. Precisamos ter cuidado quanto a isso, porque estão a ouvir-nos em todo lado.

Quanto à outra questão, Sras. e Srs. Deputados, temos um documento que foi entregue pelo Governo, para ser discutido cá na plenária. Então, por favor, se não houver mais preocupações, vamos à votação para terminarmos com essa discussão, porque lá em casa as pessoas pensam que estamos aqui numa brincadeira, pela forma como o debate tem sido feito. Sr. Presidente, se não houver mais intervenções, algo diferente do que já foi dito, vamos à votação para terminarmos com isso de uma vez por todas.

Aproveito mais uma vez, porque ouvimos aqui o Sr. Deputado Carlos Correia a falar sobre os benefícios da China Popular e outros a dizerem que não, é para uns. Acho que muitos na própria bancada da oposição tiveram a intenção de entrada da China Popular, mas sentiram medo e não tiveram a determinação de tomar essa medida. Se já tomamos, vamos avançar para a votação, porque sei que tudo isso que estão aí a fazer, no final, quando votarmos, ou votam contra ou ficam em abstenção. Então, não vamos perder mais tempo, porque este país tem que arrancar.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Correia.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, gostaria que tomasse a minha intervenção não como da bancada, mas sim recorrendo ao artigo 103.º do Regimento da Assembleia Nacional. Gostaria que o Sr. Presidente formasse uma equipa de trabalho, para que fizéssemos um estudo e víssemos de facto a qualidade dos nossos deputados aqui, embora estes sejam representantes do povo nas suas comunidades.

Falo à Sra. Deputada Beatriz, e que esta seja a última vez que eu lhe dirija a palavra, tenho evitado não usar adjectivos, como disse o meu colega numa das sessões, dirigindo-se a deputados com a mesma atitude que a senhora. Olhe, bem para a sua bancada. A senhora vê a Deputada Maria das Neves com essa atitude? Aprenda com os outros deputados. Sr. Presidente, sou capaz de apresentar-lhe a minha proposta para a revisão das nossas leis e transferir a Sra. Deputada para Deputada de quarta, porque não vale a pena estar aqui, porque a senhora baixa-se de mais. Devia ser transferida para deputada de quarta...

Protestos da Sra. Deputada Beatriz Azevedo (MLSTP/PSD).

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, peço-lhe encarecidamente que entre na matéria em discussão. Se deixarmos cada um dizer aquilo que quer, não sairemos daqui hoje.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sra. Deputada, com essa caminhada, vou dizer-lhe, ainda o seu marido lhe perde para mim e eu não quero isso. Parece que a Sra. Deputada gosta de mim.

Sra. **Deputada Beatriz Azevedo** (MLSTP/PSD): — Kei!

Risos da Sra. Deputada Beatriz Azevedo (MLSTP/PSD).

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra Sr. Deputado Jorge Amado.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, já não vou fazer uso deste direito, porque não vou baixar ao nível da Deputada que me antecedeu.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Filomena Pina.

A Sra. **Filomena dos Prazeres** (PCD): — Sr. Presidente, é para responder à Sra. Deputada Ângela.

Ainda no ano passado, eu não sei se se lembra que uma parturiente de Sundry e outra de Txada vieram para São Tomé e morreram.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado António Barros nem sequer deixa as outras pessoas falarem. O senhor está sempre a interferir.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — A minha colega pediu a palavra, está no Regimento.

O Sr. **Presidente**: — A sua colega tem como falar. Eu ainda não lhe dei a palavra, vou dar-lhe agora. O senhor nem sequer me deixa reflectir e passar a palavra. O senhor está aí a bombardear-nos com uma série de coisas. Está a mostrar indisciplina perante todo mundo. O que é triste é isto. Eu não fui criado assim. Peço desculpas.

Direito a resposta, tem no máximo 3 minutos.

Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, vim para responder ao Sr. Deputado. Se tiver que fazer classificação, classificaria o senhor no sétimo lugar. Quando eu tornar público a minha vida pessoal, no mesmo dia peço a minha demissão desta Casa Parlamentar. É isso que o senhor devia fazer.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, começo a ficar envergonhado, devido a forma como os trabalhos têm sido feitos. As intervenções não têm a ver com aquilo que nos trouxe cá hoje. Agora até estão a ter intervenções no âmbito pessoal.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MLSTP/PSD): — *Falou fora do microfone.*

O Sr. **Presidente**: — Sra. Deputada, estou a falar de uma maneira geral. A senhora nem me deixa falar. Escuta o que estou a dizer. Vamos ter atitudes mais positivas. Há aqui deputados da oposição que têm atitudes positivas. Evitemos o conflito.

Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI):— Sr. Presidente, quando hoje tomei a palavra pela primeira vez, havia dito que querem bloquear. Há várias formas de bloqueio. Mais uma vez eu digo isto, por isso peço a Mesa que, quando os Deputados pedem a palavra e no uso da palavra fogem ao debate, retire-lhes a palavra. Falo isso para qualquer bancada, mesmo a do ADI. O que está a acontecer é uma vergonha para todos nós, enquanto Deputados e dirigentes da Nação, num exercício tão importante que é o OGE. Por isso, mesmo que haja mais tempo para cada bancada, se não houver nenhum assunto a discutir na generalidade, peço ao Sr. Presidente para pôr o assunto à votação.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Correia.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD): — Meus senhores, pelo que se está a passar na Assembleia, não digo que seja vergonha, porque as assembleias foram feitas para que os parlamentares falem, mas o falar tem algum limite. Estamos cá hoje para votar um documento que a meu ver é a ferramenta principal para qualquer governo, o OGE e as GOP. Entendo que tudo isso seria evitado se nós, de todas as bancadas, fossemos um pouquinho mais humildes, particularmente a bancada do Governo. Isto porque há situações que deviam ser tomadas em conta.

Penso que a oposição pediu que alguns aspectos fossem esclarecidos e esse esclarecimento que poderia advir, quer da bancada que sustenta o Governo quer do próprio Governo. Não está em causa para a minha bancada o Orçamento que está no portal. O Orçamento que temos em mãos para discutir é este. Infelizmente, apareceu no portal um outro Orçamento que tem aspectos que não condizem com o que temos. Ora, entendemos que há alguns aspectos imprescindíveis que deviam ser apresentados, de forma que pudéssemos sair desse imbróglio. Acho que *a priori* devia haver uma explicação do Governo, quando se falou do cumprimento da Lei SAFE, que o Chefe de Governo nos pudesse esclarecer efectivamente que, tendo deixado de ter relações diplomáticas com Taiwan, como fazer com que os 29,8% da verba dedicada a receitas sejam cobertas.

Ora, sim senhor, pode-se falar que vamos remeter isso à especialidade, mas é uma questão de explicação e essa explicação deveria vir do Governo e da própria bancada que sustenta o Governo. Reparem, temos alguns relatórios que são importantíssimos para o Orçamento, como o relatório do Banco Central. Pelo que eu saiba, não temos o relatório do Banco Central.

O Sr. **Presidente**:— Sr. Deputado, é para informar que o seu tempo já expirou. Deixo mais alguns segundos, mas depois cortarei.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD):— Damos 5 minutos à Bancada do PCD.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD): — Temos empresas que até ultimamente ouvimos na comunicação social que estavam em vias de uma greve, que é a ENASA. Onde é que está o relatório da ENASA, para dizermos alguma coisa?

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD):— Está na EMAE.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD): — Vamos aos serviços públicos ou a empresas públicas e por vezes vemos como é que as coisas decorrem nessas empresas e penso que é função do Deputado, aquando da análise do Orçamento, analisar esses factores, pois só assim é que a gente pode aconselhar o Governo a tomar esta ou aquela medida. São coisas simples.

Ontem, o Sr. Primeiro-Ministro deu uma prova, de certo modo de humildade, quando aceitou voltar cá hoje e hoje fiquei com a sensação de que o Sr. Primeiro-Ministro até estava para levantar, para vir falar, quando o Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Abnildo d' Oliveira. Foi daí que o Sr. Primeiro-

Ministro recuou, porque aquilo com que nos brindou parece não ser suficiente. É uma questão de o Governo nos dizer que o tecto é este. Aquele valor pertencente a Taiwan, a fonte será esta. E depois, quando chegar à especialidade, aí poderemos efectivamente discutir, mas temos que discutir um tecto concreto aqui, antes de ir para a especialidade.

Ontem, verificamos a questão de comunicação social. Enquanto o Sr. Primeiro-Ministro falava a comunicação social não faltou, mas logo que a oposição começou a falar, a luz desapareceu e a TVS deixou de funcionar. Será casual ou intencionalmente? Era bom que víssemos isso. Não, os senhores estão a fazer gestos. Reparem, a sensação com que fico é que não foi casual. Sabem porquê? Porque enquanto estavam cá a falar pessoas ligadas à oposição, o Sr. Presidente desligava o micro.

A Sra. **Alda Ramos** (ADI):— Eu estou aqui a frente, mas não vi.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD): — Minha senhora, a Sra. Maria das Neves, quando esteve a falar, o Sr. Presidente desligou o micro.

Vozes do ADI:— *Não, não, não.*

O Sr. **Jorge Correia** (PCD): — Ela é que desligou? Não tinha passado o tempo. Bom, meus senhores, eu faço um apelo ao bom senso. O Orçamento é de todo cidadão são-tomense e precisamos do mesmo para que as coisas realmente arranquem. Encontremos uma forma humilde, uma forma que possamos efectivamente sair desse imbróglio. É isso, particularmente, que deve partir da bancada do Governo.

O Sr. **Presidente:**— Sr. Deputado, peço desculpa.

Como eu dizia ontem, não vou responder a essas questões, é a melhor coisa que eu faço. Mantenho-me em silêncio.

Considerando que já não há intervenções, vou imediatamente passar para o ponto seguinte, o que está previsto no Regimento da Assembleia Nacional.

Lamento mais uma vez dizer isso, mas previamente tem-se que interferir. A senhora pede-me a palavra quando eu já estava a iniciar a falar uma outra coisa. Não sou obrigado a olhar só para uma direcção só. Os serviços aqui é que me apoiam.

Tem a palavra a Sra. Deputada Maria das Neves.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD):— Sr. Presidente, na sequência daquilo que disse o Sr. Deputado Jorge Correia, tive que pedir de novo a palavra, porque de facto constatei que enquanto eu falava o micro não estava a funcionar. Quero dizer que, nesta Casa Parlamentar, nos habituamos a falar e é uma Casa da democracia. Democracia é assim. Temos que falar. E quando a oposição fala, Sr. Primeiro-Ministro, não é para lhe atacar. É para melhorar as coisas.

Temos direito de falar e é isso que fazemos. E quando vim cá, vim alertar sobre as questões que eu considere que não estão bem e, por isso, é que levantei as coisas. Agora, pegar naquilo que se diz para poder tentar denigrir os outros, isto não é correcto. E eu quero outra vez pedir aqui às Sras. e Srs. Deputados e ao Governo que respeitem a dignidade de cada um. Que não estejam aqui a tentar ludibriar as pessoas com coisas que não existem.

Quero dizer ao Sr. Primeiro-Ministro que ontem me senti muito ofendida. Muito ofendida com a sua intervenção, porque não o ataquei. O que disse é que se o senhor fala sempre de seriedade e o senhor não manifestou seriedade nos documentos que apresentou...

A Sra. **Alda Ramos** (ADI):— O que é que a senhora está a falar mais?

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD):— Eu estou a falar. Quando a senhora fala, eu não lhe interrompo. Portanto, o que quero dizer é que temos que saber respeitar uns aos outros. Seriedade não é fazer fraude. Seriedade é ser sério.

O Sr. **Presidente:**— Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Guiva.

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD):— Sr. Presidente, dadas as intervenções, refiro-me à intervenção do Sr. Deputado Jorge Correia, que teve uma intervenção de fundo, acho que o Governo devia tomar em consideração. O poder quer, é verdade, a todo custo que se vote na generalidade a proposta hoje depositada na Casa Parlamentar, mas nesta mesma proposta está definido um tecto orçamental que contém inverdades. O tecto orçamental estimado, o montante estipulado no orçamento, ainda contém o financiamento da China Taiwan. Ao aprovarmos esse tecto, estaríamos a definir e dizer claramente que na especialidade o que deve acontecer são somente alterações das linhas orçamentais, as que existem. Dizer que na especialidade vamos fazer as alterações e alocações, não seria. Seria sim nova inscrição, porque a China Taiwan está morta, pela consideração.

O tecto orçamental altera.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI):— Não altera nada.

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD):— Altera sim. O tecto orçamental altera. Se entrar o financiador China Popular, será nova inscrição. Acho que se deveria, sim, debater a questão de fundo, porque hoje deveríamos ter uma definição concreta sobre realmente qual é o tecto que vamos aprovar.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Correia.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD):— Eu gostaria de fazer uma proposta. Se porventura, na questão de Taiwan que se põe, na explanação de Sua excelência o Sr. Primeiro-Ministro ele falou de orçamento rectificativo, retire o valor da China Taiwan de momento e apresente o tecto sem a China Taiwan. Depois, dentro de meses, 1 mês ou 2 meses, faça o orçamento rectificativo com outra fonte de financiamento e a coisa avança.

Meus senhores, o PCD não é fonte de bloqueio, não estamos a bloquear nada. O que queremos é que a coisa funcione minimamente com legalidade. É apenas isso.

O Sr. **Presidente**:— Só para informar ao Sr. Deputado que o deixei falar, mas o PCD já não tem tempo. Só restam 24 segundos.

Como está previsto no Regimento da Assembleia Nacional, no seu ponto 2 do artigo 209.º, quem encerra o debate é o Sr. Primeiro-Ministro, antes de passarmos à votação. Vou submeter os documentos à votação, porque entendo com esse silêncio todo que não temos mais nada para debater. Mas antes de encerrarmos, cada grupo parlamentar tem o direito de produzir uma declaração sobre as duas propostas de lei. Neste sentido, convido o Líder Parlamentar do PCD a proferir a sua declaração.

O PCD abdica-se do uso da palavra.

A seguir convido o Líder do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD a fazer a sua intervenção.

Também não vai fazer.

Por fim, tem a palavra o Líder do Grupo Parlamentar do ADI, para o mesmo efeito.

Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré, indigitado pelo Líder do ADI.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, o que a nossa Bancada tem a dizer quanto a isso é que todas as questões que ouvimos e as pessoas que acompanharam o debate também ouviram todas as questões de facto relevantes que foram colocadas e que tiveram a merecida resposta.

O tecto é o mesmo que temos no Orçamento que deu entrada na Assembleia Nacional.

A questão do portal que levou quase todo o tempo de debate de ontem, é um instrumento informativo que o Ministério das Finanças tem e não só para os nacionais como para todas as instituições que acompanham não é só a questão da proposta de Orçamento que lá está. Tem outras informações também pertinentes, é bom e isso é sinal da transparência do nosso Governo, quanto à execução da coisa pública.

E também ficou claro, quanto à questão das fontes de financiamento. Iremos discuti-las na sede da especialidade, para as pessoas que nos acompanham e não têm informações sobre como é que isto funciona.

As propostas e projectos de lei são discutidos em três fases e aprovados também em três fases. Numa primeira fase, é já na generalidade, que foram esses 2 dias de debate, em que se fala dos grandes princípios do próprio projecto e depois, numa segunda fase, que será na especialidade, nas comissões, e aí vai-se detalhar a questão das fontes de financiamento, a questão de números, dos valores. E foi dito também que enquanto está a decorrer o processo, que não termina com a votação de hoje, o Governo irá depois apresentar todos os relatórios que as Sras. e os Srs. Deputados aqui fizeram questão de relembrar o Governo, e é assim que deve ser, que não está no processo.

Esses relatórios hão-de aparecer. O relatório do Banco Central, da ENASA e de todas outras empresas que não estão. O Governo terá, ainda durante a fase de especialidade, que apresentar todos esses documentos. Espero que todos nós, os Deputados, que temos de facto muita coisa a acrescentar, estejamos presentes nas comissões e lá nas comissões iremos obviamente continuar o nosso debate. É isso que gostaríamos de dizer e esperamos que com este trabalho que termina hoje passemos rapidamente para a fase de especialidade, depois para aprovarmos em votação final global e que o Governo possa ter assim o instrumento fundamental para executar a sua política e resolver o problema dos são-tomenses, que é o que mais interessa.

O Sr. **Presidente**:— Agora, convido o Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo a apresentar a sua nota final.

O Sr. **Primeiro-Ministro e Chefe do Governo**:— Sr. Presidente, como foi dito aqui, o documento do OGE e das GOP são instrumentos fundamentais para a execução da acção governativa e para podermos de facto corresponder e assumir as nossas responsabilidades ao nível da governação do País.

Penso que tivemos o debate que tivemos e só quero dizer que, se o documento for aprovado na generalidade, esse trabalho irá continuar na especialidade.

Penso também ter respondido a todas as perguntas. O tecto orçamental é o mesmo. Temos o novo parceiro que é a República Popular da China e estamos convencidos de que o Orçamento, tal como está apresentado, corresponde à fase actual da execução, do desenvolvimento e das acções que o Governo pretende levar a cabo.

Também dissemos que, no decorrer do ano, estamos convencidos que algumas alterações ao nível do Programa de Investimento Público levarão o Governo a apresentar um orçamento rectificativo. Por isso, gostaríamos de contar com os votos dos Deputados, como legítimos representantes do povo, para que possamos ultrapassar essa primeira fase que é a generalidade.

Ao entrarmos no debate na especialidade que vai permitir, tomando em consideração a participação dos Deputados, fazer todos os ajustes, as correcções, as contribuições, no quadro do tecto orçamental definido no documento que é apresentado hoje na generalidade.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**:— Vamos avançar com a agenda da proposta ao longo do dia e, desta feita, submeto as duas propostas de lei à votação, na generalidade, começando pelas GOP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI):— Um pedido de esclarecimento, Sr. Presidente. É no sentido de a Mesa esclarecer ao Plenário, porque o Sr. Presidente não fez menção que a nossa Bancada submeteu um requerimento à Mesa.

O Sr. **Presidente**:— Sr. Deputado, chegará altura que vou falar disso. Passemos ao processo de votação, na generalidade, das GOP.

Submetido à votação, foi aprovado com 33 votos a favor, do ADI, 12 votos contra, do MLSTP/PSD, 1 voto contra do UDD e 5 abstenções do PCD.

Portanto, está aprovada, na generalidade, a proposta de lei das GOP para o ano económico 2017.

Aplausos do ADI.

Passemos à votação da proposta de lei do Orçamento Geral do Estado, também na generalidade.

Submetido à votação, foi aprovado com 33 votos a favor, do ADI, 17 votos contra, do MLSTP/PSD e do PCD e 1 voto contra do UDD.

Sras. e Srs. Deputados, como define o nosso Regimento, a etapa seguinte é a discussão e aprovação na especialidade e o artigo 162.º espelha o seguinte: «Salvo o disposto no Regimento, a discussão e votação na especialidade cabe a comissões competentes em razão da matéria.» Porém, diz também o artigo 173.º que o Plenário pode deliberar, a todo tempo, avocar a si a votação na especialidade a requerimento de pelo menos 5 Deputados. Gostaria de informar que o Grupo Parlamentar do ADI introduziu na Mesa um requerimento a esse respeito. Nesse sentido, convido a Sra. Secretária para fazer a leitura do documento.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD):— Interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD):— Tal como foi verificado, o Grupo Parlamentar do PCD, nesta sessão de votação do OGE e das GOP, decidiu pela abstenção nas GOP, porque decidiu dar o benefício da dúvida ao Governo, tendo em conta que algumas acções aí inscritas não respondem aos anseios da população, pese embora não ter em grande parte enquadramento orçamental.

Relativamente ao OGE, entendemos que a explicação aqui dada pelo Governo foi insuficiente. Bastava uma palavra simples que não foi dada com algum receio que, na nossa opinião, não alterava a tramitação legal daquilo que tem sido a prática nesta Casa, em respeito ao Regimento. Por isso, por não estarem satisfeitas as nossas preocupações, decidimos votar contra este Orçamento, na generalidade, e esperamos ver quais são as melhorias que o Governo vai introduzir no momento da especialidade.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Amado, para uma declaração de voto.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD):— Sr. Presidente, a Bancada do MLSTP/PSD veio participar neste debate com a disposição de dar a sua contribuição para a melhoria do Orçamento que acabamos de aprovar, na generalidade. Tendo insistidamente apresentado os argumentos que solicitava as alterações das anomalias contidas no referido Orçamento e não tendo obtido por parte do Governo o esclarecimento necessário, nem a vontade para que as alterações possam ser feitas, considera que não existe razão que nos obriga a votar a favor, nem das GOP nem do OGE. Por essa razão, votamos contra este Orçamento, na generalidade, porque já vamos convencidos que nem na especialidade haverá a possibilidade de se efectuar qualquer tipo de alteração.

Sabemos que a nossa votação não compromete o Orçamento, porque a maioria dita e, se a maioria dita, em todos os momentos das nossas discussões aqui no Parlamento, verificamos que a única posição que se tem tomado é que, quer queiram quer não, vamos passar por cima. Daí que o MLSTP/PSD guarda a reserva de agir junto a outros órgãos, para poder demonstrar a sua razão de ser com relação aos problemas apresentados aqui neste Orçamento que acabamos de discutir. Achamos que a democracia não inspira aqui e não termina aqui. Temos outros mecanismos e outras instâncias para podermos valer a nossa força.

O Sr. **Presidente**:— Como já havia dito, convido a Sra. Secretária para fazer a leitura do documento introduzido pela Bancada do ADI, requerendo a discussão na especialidade em plenária.

A Sra. **Secretária**:— Sr. Presidente, com a sua permissão, passo a ler o requerimento subscrito por 5 Deputados da Bancada do ADI.

«Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia Nacional.

Requerimento.

Nos termos do artigo 163.º e número 3 do artigo 211.º, ambos do Regimento da Assembleia Nacional, os Deputados abaixo assinados vêm requerer a Mesa da Assembleia Nacional a apreciação e aprovação, na especialidade, das propostas de lei das GOP e do OGE para o ano económico 2017, no Plenário da Assembleia Nacional.

Assembleia Nacional, São Tomé, 25 de Janeiro de 2017.»

O Sr. **Presidente**:— Após a leitura do requerimento para avocação da discussão na especialidade na plenária, submeto o requerimento à consideração e votação de Vossas Excelências.

Submetido à votação, foi aprovado com 33 votos a favor e 17 abstenções.

Portanto, está aprovado o requerimento.

Agora, gostaria de deixar uma nota, convidando os líderes parlamentares para acertarmos alguns aspectos, no meu gabinete, em relação aos trabalhos de amanhã, numa margem de 30 minutos a 1 hora, no sentido de acertarmos as agulhas para ver como é que iremos iniciar amanhã a discussão. Isto é, termina a sessão agora e dentro de 1 hora estarei no meu gabinete à espera dos Srs. Líderes e do Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, porque no fundo vai ser uma reunião da Conferência de Líderes, para acertarmos as agulhas para o dia de amanhã.

Dentro de 1 hora. E também a Secretária da Mesa.

Para terminar, gostaria de agradecer a presença das Sras. e dos Srs. Deputados, de Sua Excelência o Primeiro-Ministro e do seu elenco, nesta sessão de trabalho. Continuaremos já amanhã de manhã a partir das 9 horas.

E assim, declaro encerrada a sessão.

Eram 12 horas e 40 minutos.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Egrinaldo de Carvalho Viegas **de Ceita**

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Domingos Monteiro **Fernandes**

Oswaldo tavares dos Santos **Vaz**